



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2015.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Apesar dos últimos anos o setor elétrico brasileiro tem enfrentado grandes desafios, sendo certo que o ano de 2015 não foi diferente. Neste ano, paralisamos com o desafio da estiação, que reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, especificamente na região Sul e Sudeste, vindo a ter reflexos na região Norte, pelo que a UHE Peixe Angical não esteve fora deste contexto.

Na maior parte do ano o Sistema Interligado Nacional - SIN contou com a operação ininterrupta de usinas térmicas que produzem energia elétrica a um custo superior ao da energia produzida a partir de matrizes hídras. Sendo a base energética nacional predominantemente hídrica, as térmicas serviram para amenizar os efeitos devastadores no setor elétrico.

Vigente para o ano de 2015, o novo preço estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em R\$ 388,48 tentou reduzir a exposição ao mercado de curto prazo, entretanto, a irregularidade das chuvas ainda criou dificuldades para o caixa das Companhias.

Como medida complementar, na tentativa de reduzir o impacto da estiação no caixa das Companhias, foi editada a Lei nº 13.203/2015, a qual dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A energia elétrica produzida pela Enerpeixe possui contratos de venda de 100% da garantia física, os quais foram celebrados em fevereiro de 2006 e vigentes até janeiro de 2016, sendo todos estes contratos negociados no ACR. Para este novo ciclo de contratos com vigência a partir de janeiro de 2016, a composição entre os ambientes foi modificada para 72,01% da garantia física negociada no ACL, 5,35% negociada no ACR, 3,39% destinadas para compensar o consumo interno e as perdas técnicas, e 19,25% da energia encontra-se descontada.

2. PRÊMIOS E CONQUISTAS

Na procura contínua da excelência, no ano de 2015 a Enerpeixe manteve as certificações no processo de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, da ISO NBR 14001 na valorização do contingente de colaboradores, da OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho com crédito na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos), INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção, com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade SIGS.

Além disso, a Companhia passou por auditoria realizada por técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo obtido nota de 91,54, de 100 possível, classificada como uma das maiores notas de Usinas Hidrelétricas no Brasil, o que somente reforça o compromisso da Administração para com o país.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade socioambiental, deu continuidade em 2015 aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental, apoiando iniciativas de estudos e conservação do patrimônio cultural e natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos dentro da sua área de atuação.

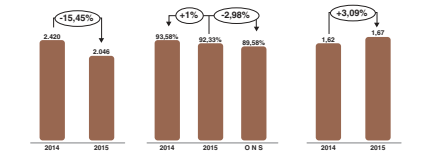
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Localizada no Rio Tocantins, tendo a margem direita o município de São Salvador e a margem esquerda o município de Peixe angical, região Norte do Brasil está situada a UHE Peixe Angical operada e mantida pela Enerpeixe S.A..

Com 498,75 MW de capacidade instalada e 280,5 MW de energia assegurada, conforme a Portaria nº 11 do Ministério de Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a UHE tem a capacidade de atender a demanda de uma cidade com 4 milhões de habitantes.

Durante o exercício de 2015 com a prévia autorização do Operador Nacional do Sistema - ONS, a UHE realizou a manutenção programada de duas unidades geradoras.

A seguir demonstramos as variações entre o ano de 2015 e 2014 sobre a geração de energia elétrica, o índice de disponibilidade (média dos últimos 60 meses) e a taxa de falha da UHE.



Como consequência dos efeitos decorrentes da estiação prolongada, a UHE obteve uma geração de energia elétrica em 2015 de 2.046 GWh inferior em 15,45% ao ano de 2014 que produziu 2.420 GWh. O índice de disponibilidade manteve-se em nível de excelência superando o índice de referência da ONS em 2,96% e a taxa de falha apresentou estabilidade no período comparativo com valores de 1,67 em 2015 e 1,62 em 2014.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita com suprimento de energia elétrica

Para o exercício de 2015, a receita com suprimento de energia elétrica apresentou, frente a 2014, um crescimento de 6,20% com o valor de R\$ 498.510 frente a R\$ 469.394 em 2014. Destaca-se como fato impactante deste acréscimo o reajuste anual realizado no aniversário de cada contrato de venda de energia.

Em 2015, assim como em 2014, a receita com suprimento de energia elétrica foi obtida através de contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

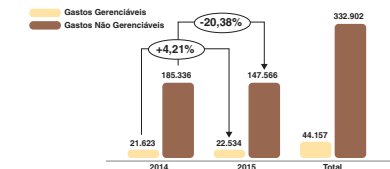
5.2 Receita Operacional Líquida - ROL

A Receita Operacional Líquida - ROL, a partir de 2015, teve a inclusão de encargos do regulador na sua composição, a Taxa de Fiscalização - TFSSE e a Contribuição para Utilização de Recursos Hídricos - CFURH somaram R\$ 12.930.

Quando o efeito dos encargos é eliminado, observa-se um crescimento na ROL de 3,59% em comparação com 2014.

5.3 Gastos operacionais gerenciais e não gerenciais

O grupo de gastos gerenciais apresentou uma alta na realização de 4,21%, entretanto quando descontamos a inflação de 2015 (10,68%) verificamos que a Administração da Companhia obteve um resultado expressivo de redução. Para os gastos não gerenciais, a redução de 20,38% resultante dos esforços para o controle do PLD e do GSF, ambos com atuação conjunta do órgão regulador com as empresas de energia elétrica.



5.4 EBITDA

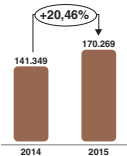
O exercício de 2015 demonstrou um acréscimo no EBITDA da Companhia de 15,39% frente a 2014, este efeito é o resultante do aumento da Receita com suprimento de energia elétrica (5.1) e da redução dos gastos não gerenciais (5.3).

5.5 Resultado financeiro

O comparativo entre os exercícios de 2015 e 2014, demonstra que a receita financeira registrou uma queda de 4,50% (R\$ 8.389 em 2015 e R\$ 8.784 em 2014), esta redução explica-se através da menor disponibilidade de recursos aplicáveis durante o exercício. A despesa financeira contabilizou um aumento de 25,67% (R\$ 46.278 em 2015 e R\$ 36.825 em 2014), o principal componente desta evolução foi o comportamento do IGP-M que apresentou forte aumento durante 2015 chegando a 10,54% no acumulado do ano. O Uso do Bem Público - UBP é atualizado com base na variação do IGP-M e somente o efeito da atualização financeira descontado o Ajuste a Valor Presente - AVP desta obrigação foi de R\$ 39.228 em 2015 e R\$ 18.962 em 2014.

5.6 Lucro líquido

O Lucro líquido em 2015 foi de R\$ 170.269, 20,46% superior a 2014 onde o resultado contabilizado foi de R\$ 141.349. Os efeitos demonstrados no EBITDA (5.4) explicam quase que em sua totalidade a variação.



5.7 Endividamento

A Enerpeixe, em 16 de novembro de 2015, realizou a liquidação antecipada dos contratos firmados com o BNDES e as Instituições Financeiras repassadoras (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A.), com vencimento original para fevereiro de 2016.

Por força dos contratos de financiamento, a Companhia manteve como garantia em conta de aplicação vinculada às obrigações o valor corrigido das últimas três parcelas liquidadas. Em novembro de 2015, restavam apenas três parcelas a liquidar (novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016). A partir dos recursos mantidos como garantia, a Companhia realizou a liquidação antecipada das três parcelas restantes dos contratos de financiamento.

Todas as garantias prestadas aos credores dos contratos de financiamento foram integralmente liberadas ao longo de dezembro de 2015.

6. CONCLUSÃO

O ano de 2015 foi novamente um momento singular para o Setor Elétrico Brasileiro. A escassez de chuvas manteve em alerta os agentes atuantes neste mercado.

A Enerpeixe, mesmo com os incessantes desafios dos últimos anos e em contínuo atendimento aos acionistas, liquidou financeiramente durante o ano de 2015 os dividendos relativos ao exercício de 2014 no montante de R\$ 65.147 (R\$ 55.375 líquido de imposto de renda), ainda em 2015 no dia 4 de dezembro, destinados às acionistas o montante de R\$ 70.000, oriundos da Reserva de lucros, os quais foram distribuídos de acordo com a participação na Sociedade.

Os esforços de redução dos custos ao longo de 2015 contribuíram para que a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa terminasse o ano com o saldo de R\$ 82.946.

Tais fatores somente reforçam o compromisso da Administração da Companhia, a qual busca patamar de excelência nos trabalhos desempenhados e nos resultados obtidos, os quais são fruto do trabalho de todos os membros da sociedade: acionistas, conselho de administração, diretoria e colaboradores.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

ENERPEIXE

1 - Base de Cálculo

	2015 Valor (em milhares de reais)			2014 Valor (em milhares de reais)		
Receita líquida (RL)			435.627			433.025
Resultado operacional (RO)			288.061			247.689
Folha de pagamento bruta (FPB)			9.049			9.168

2 - Indicadores Sociais Internos

	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	616	6,81%	0,14%	574	6,26%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	1.662	18,37%	0,38%	1.744	19,02%	0,40%
Previdência privada	256	2,83%	0,06%	262	2,86%	0,06%
Saúde	609	6,73%	0,14%	486	5,30%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho	61	0,67%	0,01%	68	0,74%	0,02%
Educação	34	0,38%	0,01%	12	0,13%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	112	1,24%	0,03%	140	1,53%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	8	0,09%	0,00%	8	0,09%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	885	9,78%	0,20%	566	6,17%	0,13%
Outros	264	2,92%	0,06%	222	2,42%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	4.507	49,81%	1,03%	4.082	44,52%	0,94%

3 - Indicadores Sociais Externos

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	82	0,03%	0,02%	73	0,03%	0,02%
Esporte	59	0,02%	0,01%	59	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	141	0,05%	0,03%	132	0,05%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	41	0,01%	0,01%	384	0,13%	0,09%
Total - Indicadores sociais externos	182	0,06%	0,04%	516	0,18%	0,12%

4 - Indicadores Ambientais

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.143	0,74%	0,49%	2.143	0,87%	0,49%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	2.143	0,74%	0,49%	2.143	0,87%	0,49%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100% (x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2015	2014
Nº de empregados(as) ao final do período	55	55
Nº de admissões durante o período	4	14
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	54	47
Nº de estagiários(as)	1	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8	10
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13	12
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	20,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5	5
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6	6	6	6	6	6
Número total de acidentes de trabalho	0	0	0	0	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):			279.079			258.702
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			20% governo 3% colaboradores(as) 30% acionistas 17% terceiros 30% retido			27% governo 4% colaboradores(as) 25% acionistas 14% terceiros 30% retido

7 - Outras Informações

A Enerpeixe não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente, não está envolvida em corrupção e valoriza e respeita a diversidade interna e externa.

Informações não auditadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC, relativos a períodos anteriores.

5.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Referem-se ao imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio. (Nota 20). No exercício de 2015 foi retido o montante de R\$ 13.007 frente a R\$ 9.772 no ano de 2014.

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.538/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos ciclos tributários, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As variações com imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado.

7 Partes relacionadas

	Relacionamento	Preço praticado R\$/MWh	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não Circulante	Circulante/Não Circulante	Recitas (Despesas) Operacionais	2015	2014
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica EDP Bandeirante	Controle comum	202,39	1/2/2006 a 31/1/2016	21,331	19,323	-	-	196.129	167.802
EDP Bandeirante	Controle comum	219,29	1/2/2006 a 31/1/2016	7.761	7.215	-	-	73.743	70.732
EDP Escalva	Controle comum	216,64	23/12/2002 a 31/1/2016	10,428	11,785	-	-	98,039	92,806
EDP Comercializadora	Controle comum		23/12/2002 a 31/1/2016			-	-	7,602	-
Total	Total Concessionárias	40.020	38.323	40.020	38.323	-	-	375.513	351.342
Outras contas a pagar									
Compartmentamento de custos jurídicos Energisat	Conselho de Diretoria								
EDP Energias do Brasil	Controladora direta		Duração do processo			2		(2)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental Energisat	Controle comum		Duração do processo			110		(110)	
Prestação de serviços de reparos Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		11/03/2013 a 11/03/2014						(64)
Total	Total Outras contas a pagar	-	-	-	-	12	-	(12)	(64)
Forneecedores									
Contrat. de energia elétrica para revenda EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2012 a 31/12/2014			3,288	10,484	(49.585)	(102.557)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015						
Total	Total Forneecedores	-	-	40,020	38,323	3,557	10,716	(51,872)	(104,777)
Total Não Circulante		-	-	-	-	125	-	-	-
Total Resultado		-	-	-	-	-	-	233,516	246,501

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2015.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2015 (valores demonstrados em R\$):

2015	Conselho de Administração			Diretoria		
	Número de membros	Estatuária	Total	Número de membros	Estatuária	Total
Remuneração fixa anual (em R\$)	5	2	1.130.363	2	2	34.266
Salário ou pró-labore	84,000	962,632	1.046.632	3,500	150,284	17,000
Encargos sociais	6,720	77,011	83,731	3,500	83,642	
Valor total da remuneração, por órgão	90,720	1.039,643	1.130,363			

8.1.2 Remuneração média anual do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2015:

2015	Conselho de Administração			Diretoria		
Número de membros	Estatuária	Total	Número de membros	Estatuária	Total	
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	3,500	150,284	3,500	150,284		
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	3,500	17,000	3,500	83,642		
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	3,500	83,642	3,500	83,642		

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração a Enepeque, 2 são remunerados. Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 9 de abril de 2015, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.200.000, para o período de abril de 2015 a março de 2016 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do parágrafo único do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais			42	42
Cauções e depósitos vinculados	1,009	42	34,324	34,266
Total	1,009	42	34,324	34,266

Em novembro de 2015 a Companhia liquidou as obrigações financeiras existentes com o BNDES e consórcio de Bancos oriundos do Contrato de Financiamento da UHE Peixe Angical. Assim, foram liberadas as garantias que em dezembro de 2014 representavam o montante de R\$ 34.324, o valor de R\$ 1.009 representa uma garantia financeira prestada a COEE durante o trâmite natural das operações, esse montante foi utilizado pela COEE para a liquidação financeira de janeiro de 2015.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.018/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pelas Resoluções Normativas nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aproximar o controle patrimonial por meio de acordamentos nas tabelas de atribuição técnicas e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudessem alcançar as novas tecnologias utilizadas pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dando a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 21/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. No caso da Companhia em regime de Contrato Independente, entende-se que existe o direito à indenização, caso esteja previsto no contrato de concessão, o valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes. Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo de indenização dos bens vinculados a concessão e reversíveis à União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Taxa anual médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	1,91	853,746	(158,868)	13,023	1,91	853,746	(139,718)	714,028
Reservatórios, barragens e adutoras	2,09	259,858	(51,295)	208,563	2,09	259,858	(45,860)	213,998
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,12	745,942	(210,246)	535,696	3,12	745,928	(187,005)	558,923
Máquinas e equipamentos	14,15	1,934	(644)	1,290	14,15	1,155	(871)	284
Veículos	8,68	1,045	(465)	580	8,68	931	(394)	537
Móveis e utensílios	1,875,448	(419,518)	1,455,930	1,874,341	(373,489)	1,500,492		
Administração								
Máquinas e equipamentos	3,12	13	(7)	6	3,12	13	(5)	8
Móveis e utensílios	8,68	609	(285)	324	8,68	455	(232)	223
Total	622	(292)	330	468	(237)	231		
Total do imobilizado em serviço	1,875,070	(419,810)	1,455,260	1,874,809	(374,086)	1,500,723		
Imobilizado em curso								
Geração								
35,234			35,234		34,387		34,387	
Total do imobilizado em curso	35,234	-	35,234	34,387	-	34,387		
Total Imobilizado	1,911,304	(419,810)	1,491,584	1,909,196	(374,086)	1,535,110		

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição dos empréstimos

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo a dívida	Forma de pagamento	Encargos				Total	
									Principal		Não Principal			
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
BNDES (1)	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	L Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a. acima da TJLP.	Principal e juros mensal	-	-	247	56.453	4.704	61.404
Banco Itaú (1)	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	L Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a. acima da TJLP.	Principal e juros mensal	-	-	76	17.220	1.435	18.731
Bradesco (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	L Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a. acima da TJLP.	Principal e juros mensal	-	-	63	14.350	1.196	15.609
Unibanco (1)	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	L Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a. acima da TJLP.	Principal e juros mensal	-	-	50	11.480	957	12.487
Banco do Brasil (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	L Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.	4,5% a.a. acima da TJLP.	Principal e juros mensal	-	-	63	14.350	1.196	15.609
Total											499	113.853	9.488	123.840

(1) As garantias vinculadas aos empréstimos estão demonstradas na Nota 2.2

(ii) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
 - Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - COVEE;
 - Manter em conta reserva financeira ou valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;
 - Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;
 - Diante da liquidação integral das obrigações financeiras vinculadas ao BNDES e ao consórcio de Bancos em 16 de novembro de 2015, a Enepeque durante o mês de dezembro de 2015 obteve formalmente dos Bancos credores a liberação de todas as garantias vinculadas aos contratos.
- Em 31 de dezembro de 2015 a Enepeque não possui empréstimos ou financiamentos vigentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação dos empréstimos

	Valor líquido em 31/12/2014		Juros provisionados	Transfe- rências	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2015
	Pagamentos					
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Principal	113.853	(123.437)		9.488	96	
Juros	499	(6.929)	6.430	9.488	96	
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Principal	9.488	-	(9.488)	-	-	
	9.488	-	(9.488)	-	-	

14 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a receber, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2014		Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2015
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.784	11.775		(12.534)		2.025
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.308	4.357	21	(5.246)		440
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	1.155		(1.137)		96
Total	4.170	17.287	21	(18.917)		2.561
Circulante	4.170	17.287				2.561
Total	4.170	17.287				2.561

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D
Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de realizar a pesquisa operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 016/06, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 440 (R\$ 1.308 em 31 de dezembro de 2014) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

15 Uso do bem público

A Companhia, remunera a outorga concedida para exploração do potencial hidroelétrico da Usina Pex Anique, e assim pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11.2) no momento inicial do reconhecimento. Este Intangível é amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o Passivo é amortizado proporcionalmente a realização do pagamento. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante são reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.

15.1 Mutação do UBP - Uso do bem público

	Saldos em 31/12/2014	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias		Amortizações	Transfe- rência	Saldos em 31/12/2014
Circulante							
Uso do Bem Público	19.244	129	833	(18.464)	19.684	21.426	19.244
Não Circulante							
Uso do Bem Público	211.421	(2.013)	40.279	(19.684)	230.003	230.003	211.421
	211.421	(2.013)	40.279	(19.684)	230.003	230.003	211.421

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2015		31/12/2014	
Folha de pagamento	1.178	1.077		
INSS e FGTS	171	156		
Total	1.349	1.233		

Não há rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

17 Provisões

17.1 Risco de perda possível
A Companhia possui processos de natureza trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2015		Ativo Depósito Judicial (Nota 9)	
Trabalhistas	55	20		
Cíveis	12.118	9.302	42	42
Fiscais	25.877	24.420		
Administrativas	25	21		
Total	38.075	33.763	42	42

Resolução CNPE nº 03/2013
As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRADEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, entidade para a União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes fósseis (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).
Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 1ª Vara Federal do Distrito Federal, tomando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a atualidade.
Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 6.300 e em 31 de dezembro de 2014 o valor estimado era de R\$ 5.043.

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.
Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.0.01.3400, em trâmite na 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo da Redução de Energia Asssegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, contendo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL, protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 5.144 em 31 de dezembro de 2014 o valor estimado era de R\$ 4.118.

Fiscais
A Companhia através do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00288-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e de COFINS para o ano calendarário de 2009 foi notificada a esclarecer as demonstrações realizadas a título de Juros sobre o capital próprio e de aguçado do IRPJ e da CSLL. No dia 18 de dezembro de 2015 através do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma da DRJ/BSB, a Enxerpe obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos de defesa apresentados pela Enxerpe, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, exoneração esta Companhia do pagamento da penalização. Trata-se de uma decisão que pendente de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o artigo 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Em 31 de dezembro de 2015 o processo possui valor de R\$ 17.113 frente a R\$ 16.372 em 31 de dezembro de 2014.
O processo de nº 2014/6870/500317, refere-se a escrituração de documentos no âmbito da pesquisa estudada do Tocantins, o auto de infração menciona possíveis variações nos livros de entrada da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 o processo possui o valor de R\$ 3.594, R\$ 3.100 em 31 de dezembro de 2014.

17.2 Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 42 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2014), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.
18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida
A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnxerPre - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaborados, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL. Estão de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A.; a implantação ocorreu em março de 2010.
Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 215.
Esse plano tem a adesão de 27 colaboradores.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social
A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2015	
	Quantidade de ações	% Participação
Acionistas		
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.636	40%
	833.252.089	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2015		31/12/2014	
Reservas de capital				
Incentivos fiscais	18.546	18.546		
Reservas de lucros	18.546	18.546		
Reserva legal	67.318	58.805		
Retenção de lucros	232.452	250.377		
Incentivos fiscais	202.250	179.293		
	502.030	488.475		
Total	520.576	507.021		

19.2.1 Reservas de Incentivos Fiscais
A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento do Amazonas - ADA referente a redução da alíquota de imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.538/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual aborção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros
Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de retenção de lucros, em consonância com o Estatuto Social.

20 Dividendos/Juros sobre o capital próprio

	Passivo	
	31/12/2015	31/12/2014
EDP - Energias do Brasil S.A.*	44.224	33.225
Furnas Centrais Elétricas S.A.*	29.483	22.150
Total*	73.707	55.375

* Valores apresentados líquidos de imposto de renda.

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2015		31/12/2014	
Lucro líquido apurado no exercício	170.269	141.349		
Constituição da Reserva de incentivo fiscal - ADA	(22.967)	(18.234)		
Constituição da Reserva legal - 8%	(8.513)	(7.067)		
Lucro a distribuir	138.789	116.048		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	34.697	29.012		
Remuneração proposta:				
Dividendos - JSCP *	86.714	65.147		
Reserva de lucros	52.075	50.901		
Remuneração líquida	138.789	116.048		
Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R\$)	0,1041	0,0782		

* Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 18 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 98.714 (R\$ 73.707 líquido de IRPJ).

21 Receita operacional líquida

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para concessionárias é efetuado mensalmente.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015		2014	
	MWh (t)	R\$	MWh (t)	R\$
Suprimento de energia elétrica	2.393.304	2.373.960	498.510	469.394
Energia de curto prazo		11.039	568	12.540
Total Suprimento	2.393.304	2.384.999	499.078	481.934
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita		(46.165)		(44.579)
PIS/COFINS		(46.165)		(44.579)
Encargos do consumidor		(17.286)		(4.330)
P&D		(4.356)		(4.330)
Doutos encargos		(12.930)		-
Receita operacional líquida	2.393.304	2.384.999	435.627	433.025

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; e (ii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
A Companhia apresenta os gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 25.

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2015			2014		
	Custo do serviço	Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	118.709					118.709
Moeda nacional						142.583
Encargos de uso da rede elétrica	28.857					28.857
Taxa de fiscalização						939
Compensações financeiras						13.049
Total	147.566					147.566
Gerenciáveis						
Pessoal: Administrativos						9.049
Entidade de previdência privada	5.403			3.646		9.049
Material	426			284		710
Serviços de terceiros	6.462			5.683		12.145
Depreciação	43.847			52		43.899
Amortização	5.423			64		5.487
Provisão pl. crédi. liq. duvidosa/						(85)
Aluguéis e arrendamentos						(356)
Arrendamento e ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	185			345		530
Outras		571		(471)		100
		62.317		9.603	(167)	71.753
Total	147.566	62.317		9.603	(167)	252.171

23 Resultado financeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2015		2014	
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras		7.617		8.487
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		397		290
Descontos bancários				1
(-) PIS / COFINS sobre a receita financeira		(243)		
Outras receitas financeiras		618		6
8.389		8.784		
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada				(825)
Encargos de dívidas		(6.430)		(16.641)
Variação monetária em moeda nacional		(95)		
IOF - Imposto sobre operações financeiras		(196)		
Juros e multas sobre impostos				(76)
Ajuste a valor presente Uso do bem público		1.884		(4.587)
Atualização monetária do Uso do bem público		(41.112)		(14.375)
Outras despesas financeiras		(326)		(321)
(46.278)		(36.825)		(28.041)

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corretos registrados no resultado são calculados com base nos resultados tributáveis, as alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Tanto o imposto de renda quanto a contribuição social consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	IRPJ/CSLL	
	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	178.419	152.813
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(60.662)	(51.956)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Diações	59	19
Juros sobre o capital próprio	29.511	22.150
Outros		
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	(25)	90
Incentivos fiscais		
ADA/SUDAM		

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Categoria	Nível	Valor justo		Valor contábil	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3			21.915	30.941	21.915	30.941
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1				
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	61.031	35.678	61.031	35.678
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	66.359	53.461	66.359	53.461
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		1.009		1.009
Não Circulante							
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		34.324		34.324
				149.305	155.413	149.305	155.413
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	47.727	24.854	47.727	24.854
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2		114.352		114.352
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	21.426	19.244	21.426	19.244
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2		9.488		9.488
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	230.003	211.421	230.003	211.421
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	15	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	112	112	112	112
				299.268	379.359	299.268	379.359

25.2.1 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor contábil, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contábeis, inclusive para taxas pré fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BMBFBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

(I) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(II) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimento de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(III) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(IV) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.2.2 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros ativos do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares aos contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quando mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento. Não houve alteração na classificação dos níveis de Instrumentos Financeiros no exercício.

25.3 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.3.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuiu riscos de mercado associados aos negócios.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil nos ativos e passivos financeiros avaliados na Companhia.

25.3.2 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, merecem contextualização e impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I) Cenário (II) Cenário (III) Cenário (IV) Cenário (V)					
			Acima de 5		Redução de 25%		Redução de 50%	
			Até 2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos financeiros								
Aplicações Financeira - CDB	CDI	2.029	2.029	2.504	2.967	1.730	1.169	
Aplicações Financeira - Debêntures	CDI	122	122	151	178	93	63	
Instrumentos financeiros ativos								
As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.		2.151	-	2.151	2.655	3.145	1.823	
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 15,00% e 10,00% e TJLP em 5,50%.								

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	
Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheira		Marcos Vinicius Vaz Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro		José Márcio Peralta Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

	Julio Galvão de Araujo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro
Carlos Hadadelli Filho Diretor de Operação	Fábio Dias Bonvini Gerente Administrativo e Financeiro Contador - CRC ISP253005/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Eneperle S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Eneperle S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelas políticas contábeis que ela determinar como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

25.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realização de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas hidrelétricas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) avaliar o desabastecimento das Concessionárias.

25.4.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante, ficou negativo em R\$ 13.061 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 11.013 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo oferece confiabilidade e controle a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2015				31/12/2014	
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	483	530	56	1.069	1.069	1.653
Obrigações de compra	11.256	7.374	2.451	15.280	36.361	90.280
Comercialização de energia						38.700
Encargos de conexão e transporte de energia	1.098	2.049	2.049	15.280	20.476	-
Materiais e Serviços	10.158	5.325	402	15.885	15.885	51.580
	11.739	7.904	2.507	15.280	37.430	91.933

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto de 9,90%.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Depósito caucionado				35.333
Fiança bancária	5.283		5.280	
Fiança corporativa				238.093
Penhor de ações				529.577
Penhor de direitos				238.093
	5.283		1.046.376	

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento. O saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiduciária, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação de imóvel (RS 393) e contratos da ONS (RS 4.800).

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A.

Penhor de direitos: O artigo 29-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederm, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Diante da liquidação integral das obrigações financeiras vinculadas ao BNDES e ao consórcio de Bancos em 16 de novembro de 2015, a Eneperle durante o mês de dezembro de 2015 obteve formalmente dos Bancos credores a liberação de todas as garantias vinculadas aos contratos.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas e as suas naturezas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2015	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	114.845	54.030
Usinas	820.788	306.170
Responsabilidade civil	20.000	20.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 1.193, sendo RS 995 relativos à lençóis, serviço de apoio e desenvolvimento social, e RS 238 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

29 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de Juros sobre o capital próprio a pagar no valor de R\$ 86.714, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na Demonstração do Fluxo de caixa.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P/001160/O-5 TO

São Paulo, 02 de março de 2016

Valdir Renato Coscaldi
Contador CRC ISP163276/O-9 TO